

# Tributação para o crescimento econômico II

Fernando de Holanda Barbosa

Professor da EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)

O produto interno bruto deste ano terá uma queda de 6% e no ano que vem uma recuperação de 3,5%, de acordo com previsões reportadas no Boletim Focus do Banco Central do Brasil. Caso o crescimento em 2022 seja inferior a 1,5% o nosso país andará para trás no governo Bolsonaro.

No combate à pandemia também estamos com péssimo desempenho. O Brasil, no mês de julho de 2020, já ocupa a décima posição no número de mortes para cada milhão de habitantes. No batalhão de frente, nos primeiros quatro lugares, estão a Bélgica, o Reino Unido, a Espanha e a Itália. Os Estados Unidos estão em nono lugar. Como os primeiros dessa lista conseguiram achatar a curva é bem provável que brasileiros e americanos tenham uma disputa acirrada para ver quem terá o desprivilegio de desbancar os europeus.

A guerra da pandemia foi perdida com a cloroquina, que simboliza o desdém pela ciência, e com a cegueira deliberada em ignorar os melhores protocolos médicos adotados em países que tiveram êxito no combate ao vírus da Covid, como, por exemplo,

Coreia do Sul, Taiwan, Nova Zelândia e, na Europa, a Alemanha. Nessa lista existem outros e até o caso pitoresco das Filipinas, no qual o presidente Rodrigo Duterte afirmou que não seguiria o exemplo de Trump e de Bolsonaro. Ele disse para a população ficar em casa, caso contrário a polícia atiraria para matar quem não cumprisse a quarentena estrita. A população filipina entre a opção de morrer do vírus ou da bala preferiu ficar em casa.

Nessa tragédia brasileira há uma pergunta que deve ser respondida: a “guerra econômica” está perdida? O Brasil, país do futuro, segundo Stefan Zweig, escritor austríaco que morou e morreu em Petrópolis na década de 40 do século passado, é um país sem futuro?

Na longa experiência de professor de economia é bastante frequente encontrar pessoas que queiram saber minha opinião sobre o ministro X ou Y da área econômica. A melhor resposta para esse tipo de pergunta é fazer um paralelo com a medicina. A doença precisa ter um diagnóstico e um tratamento.

Um diagnóstico correto não implica um tratamento adequado, mas um diagnóstico errado pode levar o paciente para o cemitério.

A principal doença brasileira, neste momento, é a crise fiscal. Ela começou no governo da presidente Dilma quando o superávit primário deixou de existir em 2014. Desde então temos déficit primário todos os anos. A primeira tarefa da política econômica deveria ser acabar com esse déficit com uma consolidação fiscal que requer uma combinação de corte de gastos e (ou) aumento de impostos.

A segunda doença brasileira é a estagnação, que ocorre desde a década de 80 do século passado. A estagnação é relativa pois o aumento da renda *per capita* é inferior à taxa de crescimento da renda *per capita* dos países do primeiro mundo. Na corrida mundial estamos ficando para trás.

A pandemia veio na hora errada e agravou nossos problemas. A crise fiscal se agravou com o socorro que o governo teve que dar para grande parte da população e a parada brusca

da economia destruiu muitas empresas e empregos. O mercado sozinho não dará conta de colocar a economia numa trajetória de crescimento que elimine a estagnação.

No artigo anterior sobre a tributação para o crescimento econômico sugeri que o aumento da carga tributária deveria ter dois objetivos: i) manter a relação dívida pública/PIB estável; ii) criar impostos carimbados para financiar a infraestrutura. Neste artigo gostaria de adicionar algumas sugestões no segundo item.

A solução da estagnação deveria ter a participação da União, dos estados e dos municípios. Segue-se, portanto, que os impostos carimbados para financiar a infraestrutura deveriam ser um adicional dos impostos cobrados por cada nível de governo. Todavia, a carga

---

Convencer os diversos  
grupos que os benefícios  
do futuro compensam  
os sacrifícios do presente  
é uma tarefa que  
requer políticos com  
P maiúsculo

---

tributária adicional teria que ser extremamente elevada para dar conta do recado. Uma solução para tornar esse problema seria criar um fundo que poderia emitir um título

público para financiar a infraestrutura. Esse fundo não seria administrado pelo governo federal, nem tampouco o título pelo Tesouro nacional. Para que a administração dessa dívida fosse bastante simples o título seria uma perpetuidade, com cupom semestral de um real, indexado pelo IPCA. Não haveria, portanto, rolagem da dívida. O total de cupom a ser pago anualmente seria o tamanho do aumento da carga tributária.

A proposta é bastante simples. Todavia, convencer os diversos grupos que os benefícios do futuro compensam os sacrifícios do presente é uma tarefa que requer políticos com P maiúsculo, algo escasso há um bom tempo no Brasil. Nestas circunstâncias, seremos um país sem futuro. ■